

**INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO – IDP
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE BRASÍLIA – EAB/IDP
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

PÂMELA NASCIMENTO FREITAS

POLÍTICA PÚBLICA DE COTA RACIAL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS
Contexto histórico e análise de mudanças no quadro racial dos alunos da
Universidade de Brasília

BRASÍLIA-DF

2020

PÂMELA NASCIMENTO FREITAS

POLÍTICA PÚBLICA DE COTA RACIAL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS
Contexto histórico e análise de mudanças no quadro racial dos alunos da
Universidade de Brasília

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa (CEPES), da Escola de Administração de Brasília (EAB/IDP), como requisito para conclusão do curso e obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Professor Doutor Leandro do Nascimento Rodrigues

BRASÍLIA-DF

2020

PÂMELA NASCIMENTO FREITAS

POLÍTICA PÚBLICA DE COTAS RACIAIS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS

Contexto histórico e análise de mudanças no quadro racial dos alunos negros da
Universidade de Brasília

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa (CEPES), da Escola de Administração de Brasília (EAB/IDP), como requisito para conclusão do curso e obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Professor Doutor Leandro do Nascimento Rodrigues

Apresentação em julho de 2020

BANCA EXAMINADORA:

Dr. LEANDRO DO NASCIMENTO RODRIGUES

Professor Orientador e Membro da Banca

Professor do IDP e Membro da Banca

Professor e Membro da Banca

BRASÍLIA – DF

2020

Agradeço infinitamente pelas oportunidades que tive, ao longo da graduação, de crescimento pessoal e intelectual.

Agradeço aos professores, à minha família, em especial, minha mãe Eronilda que sozinha criou e educou seus filhos da melhor forma possível; ao meu marido que jamais deixou que eu desistisse ou fraquejasse, aos meus filhos que são minha motivação diária, meus irmãos que são meus exemplos e aos amigos que conquistei ao longo do curso e sem os quais não seria possível ter chegado até aqui. Não tenho palavras para descrever a importância do suporte emocional e acadêmico despendido ao longo desse trabalho pelo professor orientador Leandro do Nascimento Rodrigues e a todos os que de forma direta ou indireta contribuíram para que eu chegasse até aqui. Que não seja o fim, mas o começo de mais ciclos de aprendizados.

POLÍTICA PÚBLICA DE COTA RACIAL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS
Contexto histórico e análise de mudanças no quadro racial dos alunos da Universidade de
Brasília

Pâmela Nascimento Freitas

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. Breve histórico do negro no Brasil; 3. Políticas públicas voltadas aos negros no período pós abolição; 4. Movimentos negros e suas conquistas; 5. Políticas de cotas raciais no Brasil; 6. Cotas, argumentações contrárias e favoráveis; 7. Criação e Implementação de Cotas na Universidade de Brasília; 8. Mudanças no quadro racial da Universidade de Brasília 15 anos depois da implementação das cotas; 9. Considerações finais.

RESUMO: O presente trabalho busca esclarecer o caminho histórico percorrido pela população negra no Brasil e de que forma os eventos passados e presentes impactaram na forma de criar políticas públicas de forma a considerar o requisito raça em suas formulações. Utilizando-se de artigos variados, livros e publicações acerca do tema essa pesquisa tem caráter bibliográfico, mas há também a utilização de dados qualitativos e quantitativos como método de mensuração de dados estatísticos e análise de percepções mais subjetivas. Deduz-se que, apesar de haver uma abertura ao diálogo sobre as cotas raciais ainda não há um consenso sobre sua efetividade, mas é inegável que o tema desperta o interesse de toda a população. A ampliação da adoção de mecanismo de cotas ensejará em impacto na comunidade atendida, seja por ter sido atendido pela política pública, seja por se pautar por ela para debate racial, ou ainda por servir de palanque. Em que medida a implementação da política pública de cotas raciais na UnB é um instrumento eficaz no combate às desigualdades raciais no ensino superior?

Palavras-chave: Histórico. Políticas públicas. Cotas raciais. Debate.

POLÍTICA PÚBLICA DE COTA RACIAL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS
Contexto histórico e análise de mudanças no quadro racial dos alunos da Universidade de
Brasília

Pâmela Nascimento Freitas

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. Breve histórico do negro no Brasil; 3. Políticas públicas voltadas aos negros no período pós abolição; 4. Movimentos negros e suas conquistas; 5. Políticas de cotas raciais no Brasil; 6. Cotas, argumentações contrárias e favoráveis; 7. Criação e Implementação de Cotas na Universidade de Brasília; 8. Mudanças no quadro racial da Universidade de Brasília 15 anos depois da implementação das cotas; 9. Considerações finais.

ABSTRACT: In order to clarify the historical path taken by the black population in Brazil and how past and present events impacted the way of creating public policies in order to consider the race requirement in their formulations. Using various articles, books and publications on the subject, this research has a bibliographic character, but quali-quantitative data were also used as a method of measuring statistical data and analyzing more subjective perceptions. It is deduced that although there is an opening to the dialogue on racial quotas, we have not yet reached a consensus on its effectiveness, but it is undeniable that the topic arouses the interest of the entire population and that after its application it had its impact on the community served, either by having been attended to by public policy, either because it is based on racial debate or because it serves as a platform, its relevance is undeniable. To what extent is the implementation of the public policy of racial quotas at the University of Brasília an effective instrument in preventing racial inequalities in higher education?

Keywords: History. Public policy. Racial quotas. Debate.

1. INTRODUÇÃO

Cotas raciais correspondem às partes em que podemos dividir os homens, separá-los por fatores biológicos, fenotípicos; sendo que, no decorrer do tempo, as características que definem raças tornaram-se parâmetros para criação de conceitos e, infelizmente, preconceitos. Ao longo da história os traços e as cores de pele mais escura, bem como o lugar em que habitavam veio a definir o destino de milhões de pessoas; e os reflexos das ações que colocaram o negro em lugar de subserviência e inferioridade ecoam ainda hoje como uma parte inerente ao ser humano. O racismo estruturou-se nas pessoas através de uma construção sólida que ao longo dos anos evitou ao máximo que os tocados por ele se erguessem e ocupassem o seu lugar de direito que seria o da equidade, e, mesmo após 500 anos em terras brasileiras temos a percepção que o negro ainda não alcançou a igualdade ainda que membros da sociedade civil e política se movimentem na busca de alguma reparação, não há consenso sobre qual seria a melhor forma de agir.

Políticas públicas de cunho racial são ações governamentais que por meio de representantes da sociedade civil e política em um trabalho conjunto buscam alternativas viáveis com intuito de reduzir as diferenças na busca de uma sociedade mais justa, onde todos tenham igualdade de direitos e deveres independentemente de cor, credo ou raça. Enquanto não alcançarmos esse objetivo projetos pensados com essa finalidade sempre serão um bom campo de debate.

No tocante às cotas raciais, especificamente do povo negro, há discordâncias quanto a necessidade de diferenciação das cotas sociais, que são cotas que usam de critério econômico para nortear políticas públicas. No decorrer do trabalho chegamos a alguns pontos de destaque que diferem o negro pobre do branco pobre usando de percepções subjetivas e dados específicos que demonstram essas diferenças; separar por raça e focar no que realmente aparta um do outro escancara as diferenças e mostra o peso histórico do passado de escravidão e como isso mudou o papel do negro na sociedade, delimitando os espaços ao qual ele pode ter acesso.

Universidades sempre foram espaços ocupados pelos intelectuais e são símbolos físicos de que a educação transforma não só a vida das pessoas, mas a realidade de uma comunidade inteira. Ao se utilizar de bibliografias tão ricas e diversificadas e seus dados contundentes extraídos de pesquisas de campo e de dados estatísticos nos deparamos com a realidade sobre jovens negros e os espaços que ocupam e as universidades não são o lugar onde eles mais estão, pois apesar de negros e pardos serem maioria no Brasil não é comum

encontrá-los em cargos de poder e influência, em universidades, em cargos de chefia e fica a interrogação sobre o porque de não estarem lá também. As cotas raciais a longo prazo servem para ajudar a alavancar os negros, pardos e indígenas no rumo desses lugares, e essa política pública vem com a intenção de elevar o nível acadêmico dos cotistas, mas até que ponto esse projeto seria eficaz? Mudou a estatística que mostrava que até 2002 alunos negros eram apenas 1,8% da comunidade acadêmica? E na UnB especificamente que foi uma das pioneiras na implementação de políticas de cotas raciais como critério de ingresso ao reservar vagas aos alunos negros mudou o quadro racial dos alunos? Para melhor, pior ou apenas seguiram um caminho natural?

Que tudo aquilo que aqui será descrito sirva de incentivo ao estudo mais aprofundado sobre raças e como elas afetam a vida dos indivíduos e que sirva de debate para um melhor esclarecimento de todo o caminho percorrido até se chegar ao projeto de cotas raciais nas universidades e como ele impactou os índices de escolaridade do público atendido, no caso específico, os negros.

2. BREVE HISTÓRICO DO NEGRO NO BRASIL

A chegada dos negros ao Brasil não tem um registro histórico e oficial, tem se uma estimativa que haja sido entre 1555 e 1565, o que se sabe é que houve uma tentativa de escravização dos povos indígenas que já eram habitantes dessas terras, anteriormente a chegada dos colonizadores portugueses, porém não foram considerados fortes ou resistentes ao trabalho braçal exigidos a exploração da terra, a lavoura, ou ao trabalho doméstico, dentre outros. Além de morrerem muitos por não terem desenvolvido resistência à doenças que vieram junto com os Europeus, não tinham armas ou conhecimentos de guerra para oferecer resistência, assim então dizimou-se a população indígena. A nova terra era inexplorada e vasta, produtiva e de fácil dominância, então essa teria sido a motivação para a escravização dos povos africanos, pois Portugal dominava Guiné Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique, além da escravização ter sido institucionalizada desde os primórdios da humanidade.

Portugal aderiu a ideia de que pessoas de pele preta e que não professavam a fé e a religião cristã eram inferiores, segundo o Papa Nicolau V, que em de 18 junho de 1452, em carta dirigida ao rei Afonso V de Portugal sob o nome de bula Papal autorizava que o rei subjugassem os não cristãos “pagãos” em escravidão eterna e tomasse seus bens. Já em 1455

o Papa Nicolau V dirigiu outra bula a D. Afonso V , em que dizia que negros e Guinéus teriam sido tomados a força e que seriam convertidos e, assim, poderia ser feito pelo rei Afonso V ou seria excomungado. No contexto em que se encontrava essa autorização Papal descrita nas bulas “Dum Diversas” e “Romanus Pontifex” (1452-55...,2009) o rei juntou a oportunidade de escravização a nova terra que se mostrava bastante promissora, pois havia indícios de ser produtiva, inexplorada e sem resistência aos Europeus conquistadores, mas sem mão de obra que resistisse a exploração do trabalho mais pesado, o povo Africano foi visto como uma boa oportunidade de trabalho sem custos e capaz de resistir às intempéries do novo mundo já que poderia ser escravizada com autorização da igreja, que exercia um enorme poder decisório.

Os pombeiros eram comerciantes da época que faziam seus negócios no litoral angolano. Podiam ser brancos, escravos, negros; no começo portugueses, mas depois brasileiros. Dentre esses negócios, capturar e enviar pessoas a outros países para que fossem escravizados. Os compradores então jogavam essas pessoas em navios úmidos, superlotados e insalubres nos quais passavam entre 30 e 50 dias até chegar ao Brasil. As crianças e mulheres ficavam na parte de cima da embarcação, enquanto os homens na parte de baixo, totalmente sujeitos à intempéries. Cerca de 40% morriam durante a travessia por não ter condições mínimas de sobrevivência como água para beber ou comida suficiente, viajavam acorrentados nos porões, apanhavam muito e, quando chegavam ao Brasil eram vendidos, pois os donos de terras tinham enorme interesse na mão de obra para a lavoura do açúcar que começou a ser feita já no séc. XVI para exportação, logo depois também desenvolveu a lavoura do café e de grãos, além da exploração das riquezas naturais como ouro e pau brasil, e a criação de gado em áreas territoriais gigantescas que demandavam uma quantidade enorme de negros escravizados. A população de europeus era insuficiente para dar conta da vastidão territorial e da ganância de Portugal que lucrava muito com a colônia. Não era cogitada a hipótese de expandir e desenvolver o comércio local ou transformar o país em um lugar bom e habitável com condições de vida digna para a população, era simplesmente um local de exploração sem nenhum tipo de investimento, Cândido (2011).

Os escravizados, ao chegar ao Brasil, não tinham direito a documentos, propriedades, assistência, basicamente não tinham direito algum; a pior parte é que não havia um meio de obtenção de direitos, visto que eram considerados povos dominados pela coroa e que deviam ser subjugados à vontade da coroa e da igreja. A escravização já existia antes da invasão do Brasil, entre tribos, povos, e Portugal já se utilizava desses meios em terras Africanas, porém em menor escala; com a nova terra invadida abre-se a possibilidade de

enriquecer explorando um território que não apresenta resistência, mas sem nativos aptos a tais trabalhos e remunerar esse tipo de trabalho não seria vantajoso, visto que havia a possibilidade de utilização de trabalho disponível sem nenhum tipo de dispêndio, escancarando assim as intenções de negação de qualquer direito à população africana que era obrigada a deixar suas casas, familiares, tradições, vida para servir de mero objeto de trabalho, assim como máquinas e utensílios. As mulheres além de trabalharem na lavoura também eram responsáveis por serviços domésticos, ou comércio de produtos de primeira necessidade (Campello, 2013), muitas eram estupradas ou se envolviam com os seus donos dando início a miscigenação de seus descendentes. Considerando o preconceito que hipersexualizava tanto as mulheres como os homens negros, pois os descreviam como animais e de instintos primitivos, essa mistura não era vista com bons olhos. Os descendentes dos escravizados já nasciam escravos também, pois a escravização dependia da condição da mãe, independentemente de serem estas relações com homens brancos consentidas ou não, o que resultou em uma situação onde as mulheres negras cometiam inúmeros abortos para evitar esse destino cruel aos seus descendentes. Apesar de cada nascido vivo ser propriedade dos donos das escravas, não raras vezes donos e pais não demonstravam sensibilidade alguma em relação aos nascidos dessas mulheres, apenas o senso de propriedade que parecia mais vantajoso. Mães escravas eram obrigadas a amamentar filhos de mulheres brancas como amas de leite, os homens e mulheres pretas sofriam maus tratos que levavam muitos a morte, diversos tipos de atrocidades como os conhecidos troncos, onde negros eram chicoteados e castigados amarrados a um tronco dentre outras torturas e agressões. Inventava-se de tudo para que o escravo fosse completamente subjugado: tortura, rivalidade, havia os negros da lavoura que trabalhavam dia e noite, embaixo de sol e chuva sendo monitorados por torturadores que os açoitavam, marcavam com ferro em brasa, espancavam e matavam por qualquer motivo. Havia os escravos domésticos, que ficavam na casa grande e que lavavam, passavam, cozinham, eram babás, abanavam seus donos e faziam tudo que lhes era imposto; apesar de tudo, este ainda era muitas vezes o lugar almejado pelos negros por ser menos pior que a lavoura, Amaral (2011).

Formou-se uma estrutura que fomentava a rivalidade entre os próprios negros, alimentada pela cultura local que colocava uns sobre os outros de forma que essa rivalidade os tornasse mais vulneráveis. Os senhores de escravos davam a entender que escravos que falavam português tinham regalias em relação aos que não falavam, os negros de pele clara sobre os retintos, os da casa grande sobre os da lavoura, tornando difícil a união deles para

lutar por direitos, pois alguns tinham medo de acabar perdendo uma ou outra regalia conquistada. Entretanto, o medo não foi maior que a dor; rebeliões aconteceram, negros tentavam fugas desesperadas todos os dias, criaram até lugares onde podiam se esconder dos seus donos: os quilombos, pontos de apoio e resistência. Muitos tornaram-se suicidas, pois perdiam a esperança de retornar a vida que lhes foi tirada e tentavam qualquer ato de desespero que pudesse de alguma forma demonstrar o quanto aquilo era desumano. Assim a escravização foi tomando corpo e se tornando parte da rotina das pessoas que viviam no Brasil, quem nascia de escrava, já nascia sob a mesma condição: europeus brancos mandavam e faziam o que queriam, Gouvêa (2018).

Muito tempo se passou até que a crescente revolta com a escravização de pessoas pelo mundo afora criou uma pressão externa e interna que lutava pelo seu fim, as principais figuras que lutavam pelo fim da escravidão eram os negros livres, escravizados ou fugitivos, mas essa opção não era viável aos interesses daqueles que se beneficiavam do sistema instituído. Alguns países começaram a combater a escravidão de forma ativa. Em países como Estados Unidos, Chile, México, Inglaterra dentre outros, a luta pela abolição foi à frente inclusive gerando interferência na política externa; casos como o do conhecido *Slave Trade Suppression Act* (Bill Aberdeen), onde a corte britânica proibia o tráfico de pessoas negras para escravização, interferiu de forma ativa na entrada dessas pessoas no Brasil. Foram muitos anos de luta. Em 1869 Portugal já havia abolido a escravidão em seus territórios (Petrin, 2014), porém somente em 1871, os que estavam no território brasileiro obtiveram algum tipo de lei que os beneficiasse: a lei do ventre livre, que amparava apenas os que nasciam após aquela data, pois definia que apesar de serem filhos de escravos nasciam “livres”, entretanto, sob a guarda dos senhores de seus pais até os 21 anos, o que não levou em consideração o fato de que a expectativa de vida de um escravo eram apenas 19 anos. Em 1885 foi promulgada a lei do sexagenário ou Saraiva Cotegipe, que libertava os escravos que tinham mais de 60 anos, e, considerando que eram raríssimas exceções os sobreviventes que atingiam tal patamar de idade, e que os poucos que o atingiam não serviam mais para o trabalho, a lei proporcionou, na verdade, uma despesa a menos para os senhores de escravos, pois estes já haviam se tornando um fardo para seu dono, por isso, não houve resistência. Essas leis foram surgindo em resposta à pressão dos outros países e de várias personalidades e intelectuais que lutavam pelo fim da escravidão. Finalmente em 1888 foi promulgada a lei Áurea que findava a escravidão formal dos negros no Brasil, cabendo a seus senhores indenizar ou não os libertos. A abolição não se deu do dia para a noite: houve muita luta por parte dos escravos libertos e alguns brancos que eram

denominados abolicionistas e lutavam contra o sistema da forma que podiam, se utilizando de revoltas, fugas, artigos, processos, etc. O Brasil foi entre as Américas o último país a abolir a escravidão, o que demonstra o quanto foi árduo o caminho até esse dia. Machado (2016).

O Brasil teria, após pouco mais de 300 anos de um sistema totalmente escravagista, ao tornar-se um país que havia abolido a escravidão, uma população de 1.510.806 negros, o que era uma parcela de 15% da população de mais de 5 milhões de pessoas que foram trazidas da África, segundo um censo realizado em 1872. Após a abolição não havia sequer um plano a respeito do que seria feito com essa parcela da população: não havia políticas de inclusão, recolocação e nem mesmo indenização, ou seja, absolutamente nenhuma reparação. O que decorreu após a abolição foi um crescente incentivo à política de imigração de Europeus para terras brasileiras, com promessas de terras, indenizações em dinheiro e trabalho remunerado garantido, o que atraiu milhares de pessoas vindas de Portugal, Itália, Japão, Alemanha, França entre outros. O negro que pouco tempo antes era escravizado estava livre para disputar trabalho juntos com os imigrantes, porém ninguém remuneraria aqueles que até pouco tempo antes trabalhavam de graça, Souza (2013).

Infelizmente, após a abolição os negros foram se tornando o fim de uma era que remetia a um ciclo de vergonha nacional, uma parte da história que a todo custo deveria ser apagada. Alguns ex escravos se sujeitavam a trabalhar para seus antigos donos por abrigo e comida, outros sem ter para onde ir ficavam nas ruas, sem trabalho, casa, patrimônio, perspectivas, juntamente com a política de incentivo à imigração, os negros foram sendo empurrados para a margem da sociedade, Machado (2016).

Cada dia mais os negros foram se juntando em lugares miseráveis, se amontoando em locais insalubres. As constituições de 1824 e 1891 negavam educação aos Africanos e aos libertos; para os nascidos no Brasil, a educação era tão precária que os que tinham dinheiro (brancos) tinham educadores em casa ou escolas particulares. O voto que era negado aos negros por não serem cidadãos continuou a ser negado por serem analfabetos, tornando assim quase impossível que algum representante dos negros levasse suas necessidades aos lugares em que eram tomadas as decisões acerca das políticas públicas, para que esses olhares se voltassem à essa parcela da população. Nesse período, 54% da população se identificava como negro ou pardo e não tinha nenhum tipo de representante eleito. No decreto nº847 de 11 de outubro de 1890, que punia a vadiagem com prisão de 3 a 6 meses incluíram se os praticantes de capoeira, mas anterior a isso já punia mendigos, bêbados, pessoas que não tivessem renda para se manter o que era em sua imensa maioria

negros. No lugar de políticas de incentivo ao emprego e educação, o que lhes restava era punição e segregação, que apesar de parecer absurdo foi um projeto implantado no país, Roesler (2016).

A visão que se tinha do negro foi piorada ainda mais quando começou a se disseminar no Brasil, os ideais Eugênicos que, segundo Francis Galton seriam teorias sobre o desenvolvimento humano em um sentido mais amplo. Enquanto Charles Darwin tratava da evolução do homem a partir de um antecessor em comum com os macacos, Galton, seu primo, acreditava que a evolução continuava através da hereditariedade e que a genialidade, a cultura e a inteligência seriam transmitidas por meio da herança genética; porém seus estudos, chegando aos outros países através de seus artigos, foram aprofundados por outros cientistas e instituições que ampliaram os traços que seriam hereditários como a vadiagem, a degeneração, a pobreza, a prostituição e a tendência ao crime; chegando por exemplo, nos Estados Unidos que, em alguns lugares, chegou-se ao ponto de esterilizarem pessoas que seriam consideradas impróprias para reprodução. Hitler também se apropriou das ideias eugênicas para embasar suas convicções de que a raça ariana seria a pura e ideal, o que foi utilizado como pretexto para o extermínio de judeus, artistas, ciganos, homossexuais, negros, mestiços dentre outros. No Brasil formou-se o segundo maior partido nazista do mundo, que em sua maior parte era formado por imigrantes Alemães, mas que chegou a ter filiados em dezessete estados. Por aqui, Renato Khel, o pai da Eugenia se juntava a intelectuais, médicos, cientistas, escritores e radialistas na busca de difundir os ideais de que a raça pura aqui dependia de uma limpeza, utilizando por exemplo, o controle da natalidade de pessoas com deficiências, de marginais, prostitutas e etc, na busca de uma sociedade melhor; Junior e Carvalho (2012).

Os ideais europeus e estadunidenses sempre foram tidos no Brasil como superiores ou melhores. Acreditava-se que as teorias eugênicas necessitavam de uma ação prática, então abriu-se espaço para o higienismo que também se difundia por volta de 1920. Num contexto de pós-abolição onde negros pobres se amontoavam em lugares sem saneamento; aliado à total falta de perspectiva, pois não havia qualquer tipo de política de melhoria das condições de vida, o ambiente era de subemprego, marginalização e muitas doenças causadas pelo tipo de condições em que viviam; surge então o higienismo que se difundiu com o eugenismo tanto no campo científico-filosófico como político, sendo que a própria constituição de 1934 em seu art.138 decretava obrigatoriedade do ensino eugênico e os princípios higienistas e a verdadeira razão para essa disseminação era desestimular o aumento da população pobre, negra, periférica, pois colocava no patamar de raça superior o

branco europeu. À época, aconteciam concursos para crianças que mais se adequavam ao ideal e, estes, sempre tinham como vencedoras meninas brancas, de olhos e cabelos claros, a que mais se aproximasse aos traços europeus, criando assim um sentimento de inferiorização daqueles que tinham a pele escura e traços típicos dos descendentes de Africanos. Esse sentimento de rebaixamento foi extremamente difundido entre as pessoas o que levava os negros a procurarem se relacionar com pessoas de pele mais clara na esperança de que esses nascessem com um intelecto melhor e melhores chances de prosperidade, aumentando assim a miscigenação, na busca de clarear a raça geração após geração. Esse tipo de coisa era ensinado nas escolas através da educação eugênica.

Neste cenário onde o branco europeu era estimulado de todas as formas a crescer, se multiplicar e prosperar aqui no Brasil, inclusive com políticas externas de incentivo, com respaldo da alta classe do país, com embasamento científico da época, com a política a favor, o negro era preso por não ter emprego, por praticar sua cultura através da capoeira, por professar sua fé e estimulado, desde a alfabetização, a branquear. As chances de uma pessoa de pele clara crescer e prosperar era tremendamente maior entre os brancos, a crueldade de ter que se encaixar em um padrão quase impossível e clarear a raça não aconteceu e a opressão aos negros não acabou, Ferreira (2017).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS NEGROS NO PERÍODO PÓS ABOLIÇÃO

Após profunda pesquisa a respeito das políticas públicas voltadas aos negros no período pós abolição o óbvio seria que tivesse ocorrido algum tipo de reparação, incentivo ou mesmo um pagamento por serviços prestados ou no mínimo uma política de inserção na sociedade, pois os negros não tinham os mesmos direitos que os outros cidadãos; logo, essa inserção deveria ser respaldada e apoiada pelo estado. Infelizmente não houve qualquer política pública que levasse em consideração essa parcela que foi a responsável por praticamente todo o desenvolvimento do país, não houve nenhuma política que resguardasse educação, saúde ou segurança a essa parcela da população que era retirada de seus alcos e simplesmente jogada às ruas e praças; sobrava apenas a mendicância e os serviços que ninguém queria fazer, o trabalho pesado, o que ajudou a aumentar a fama de pessoas ignorantes e brutalizadas, essa parte da história do período pós abolição é marcada pelo abandono total de todos os representantes do povo à população negra do Brasil, (crítica).

4. MOVIMENTOS NEGROS E SUAS CONQUISTAS

Apesar das revoltas e de toda a movimentação em torno da ideia da abolição somente em 1880 foi criada uma organização com intuito de lutar efetivamente pelo fim da escravidão, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Vale destacar também a luta de Joaquim Nabuco, o deputado que levou ao debate, no parlamento, a lei que aboliria a escravidão e, mesmo sendo branco, rico e tendo sido eleito não por negros, já que os mesmos não tinham direito a voto, na época ele acreditava que acabar com a escravidão deveria ser uma luta vencida através da força da lei, e não por revoltas isoladas.

Os movimentos negros que lutavam por igualdade racial de oportunidades, inclusão social e reparação histórica começaram a ser fortalecido de fora para dentro pois se espelhava nos moldes de movimentos de outros países e começaram a ganhar visibilidade somente no séc. XX após os exemplos dados por Martin Luther King Jr, Rosa Parks e Malcolm X, não que não tenha havido movimentos que lutavam por essas pautas antes, sempre existiram; primeiro pelo abolicionismo, depois por garantias de direitos, igualdade e etc, porém esses movimentos não eram suficientemente divulgados para que gerassem impacto em toda a sociedade brasileira. Ainda assim, esses movimentos foram a base que serviu de exemplo e gerou a força suficiente para estruturar de forma mais visível e, conseqüentemente mais viável, o que viria a seguir. No Brasil também temos nossas figuras históricas do movimento negro; dentre elas, Zumbi dos Palmares, o líder do maior quilombo brasileiro; José do Patrocínio, jornalista e escritor abolicionista; André Rebouças, neto de escrava que se tornou engenheiro e abolicionista, e João Cândido, militar da marinha que liderou a revolta da chibata, um movimento localizado no Rio de Janeiro contra militares brancos que puniam, com chibatadas, os militares negros.

Em 1915, iniciam-se as publicações de imprensa voltadas à população negra com o jornal O Menelick, que trazia um olhar do povo a respeito das pautas sociais; e, em 1930 temos a Frente Negra Brasileira que era uma fundação que tinha subdivisões em vários estados, para atender a população negra com trabalhos socioeducativos. Em 1970, surge o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da comunidade Negra e, após vários movimentos, fundações e conselhos; os negros obtiveram uma vitória significativa ao tipificar, em 1988, a discriminação racial como crime na constituição; e em 1989 a lei Caó 7.786/89 vem para criminalizar o racismo, Abrantes (2018).

A marcha Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro de 1995, foi um grande marco para o movimento negro; uma caminhada em Brasília que reuniu cerca de 30.000 pessoas em celebração aos 300 anos da morte do maior líder quilombola do Brasil. A marcha almejava dar visibilidade às pautas raciais, dentre elas, pedia a adoção de políticas públicas que promovessem igualdade racial. Neste dia, o então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o decreto que criou o grupo de trabalho interministerial para valorização da população negra, com foco na criação e implementação de políticas públicas que atendessem às pautas raciais, o que possibilitou a abertura de debates sobre a questão racial e iniciou a criação de políticas voltadas aos negros, bem como o reconhecimento da dívida histórica do Brasil para com os negros. Esse dia também foi intitulado Dia da Consciência Negra.

O ano de 1995 foi um marco histórico na luta pelos direitos dos negros, não só pela visibilidade que foi dada ao movimento, mas as pautas raciais foram colocadas em voga. Com a criação do grupo de trabalho interministerial para a valorização da população negra, começou-se a levar em conta as desigualdades raciais na criação das políticas públicas que até o momento eram formuladas levando-se em consideração a demanda, mas não as questões de raça. Uma pesquisa mais aprofundada a respeito das disparidades baseadas no quesito raça, demonstrou uma profunda diferença de tratamento entre negros e brancos que acabava pesando muito na ascensão social, na qualificação profissional, na renda, na escolaridade, etc. Após a marcha foram levantados debates e feitas inúmeras pesquisas a respeito do assunto, o que acabou deflagrando uma enorme disparidade entre as pessoas. O movimento negro trouxe à tona as diferenças entre pessoas segundo sua raça de uma forma lógica e coerente baseada em dados, pois até então, era difícil encontrar estudos estatísticos a respeito das diferenças entre negros e brancos no Brasil. A marcha trouxe dados que demonstravam que o jovem negro morria mais, era menos alfabetizado e a mortalidade infantil seria maior entre os negros.

A criação do grupo interministerial de valorização à população negra possibilitou algumas vitórias porque era um grupo com público alvo definido e parâmetros que se desenhavam de acordo com a demanda da população de interesse; uma junção de vários ministérios como educação, saúde, trabalho, justiça, esportes, cultura e planejamento e relações exteriores além da secretaria de assuntos estratégicos e comunicação social e representantes da comunidade civil, que podiam interferir ativamente nas decisões do grupo que acabou criando programas como o Programa Nacional de Anemia Falciforme, a inclusão do quesito cor nas declarações de nascidos vivos e nas certidões de óbito, além da abertura à participação em debates internacionais para melhoria das políticas públicas de uma forma

mais ampla e da reafirmação do então presidente Fernando Henrique Cardoso com a população negra, (Participação...sd).

No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, entretanto, é que ocorre uma expansão de programas sociais de assistência a população negra e reparação e combate ao racismo. Nessa época os dados a respeito de como o racismo afetava a vida das pessoas efetivamente entraram em pauta e foram utilizados para criação de políticas públicas de impacto, como o feriado que foi incluído no calendário escolar o dia da 20 de novembro, Dia da Consciência Negra; a criação do Estatuto da Igualdade Racial, criação do SEPPIR (Secretaria de políticas de Promoção da Igualdade Racial), mas a dotação orçamentária destinada a pasta impediu que houvesse avanços mais relevantes. Alguns acreditam que houve um maior investimento nas questões que envolvem renda para pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza, que em sua grande maioria seriam negros, o que acabou gerando impacto no quadro geral da renda dessa população, fazendo com que os negros tivessem maior acesso à educação, saúde e renda; isso no âmbito geral, sem estar atrelada a questão racial mas que mudou o quadro de renda do país. Programas como o bolsa família atendiam em grande parte homens e mulheres que se declararam negros ou pardos.

No governo da presidenta Dilma Rousseff também tivemos avanços importantes como a sanção das leis de cotas raciais para ingresso em universidades e no serviço público, o que acabou gerando uma série de discussões, porque como vimos anteriormente havia um investimento maior em programas sociais que abarcavam a população mais pobre e, ao se investir em programas que fossem apenas para pessoas que se enquadrassem nas cotas raciais. Nesse âmbito, abriu-se espaço para o debate acerca de merecimento, porque muitos acreditam que cotas sejam privilégios em detrimento de quem realmente precisa e outros defendem a ideia de reparação histórica devido a segregação sofrida por negros e indígenas desde a colonização do Brasil, mas este argumento tem sua aceitação dificultada devido ao fato de que a maioria das pessoas não conhecem a real dimensão do impacto que o racismo causou aos negros e índios e o quanto ainda causa. Uma das pautas mais defendidas pela população negra é a questão da representatividade pois dificilmente encontramos pessoas negras em papéis de destaque. O fato é que ainda se questiona muito se a política de cotas, num apanhado geral, tem um retorno positivo ou segregacionista, Moura (2019).

5. POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS NO BRASIL

A política de cotas não foi idealizada por brasileiros, na verdade elas já existem desde 1949 e foi criada na Índia, pois lá existe um sistema bem definido de castas que não permite quase nenhuma mobilidade social e aumentar a representatividade, que no caso seria a inserção de indivíduos de castas consideradas inferiores em universidades e serviço público, serviria de exemplo aos outros da sua casta. Ocupar postos que lhes proporcionassem uma condição de melhoria era importante no sentido de diminuir a miséria extremamente alarmante e comum, então as cotas foram criadas com intuito de reduzir as diferenças sociais e o exemplo acabou se espalhando para vários países que optaram também pela implantação das mesmas. Na maioria das vezes o sistema de cotas abrange percentuais em universidades e no serviço público, sempre buscando beneficiar a parcela da população menos inserida nesses meios. Aqui no Brasil, o IBGE aponta que 54% da população se considera negra ou parda, o que não se reflete nas universidades, principalmente em cursos que são historicamente dominados pelas classes mais altas e favorecidas, como medicina, direito, economia que costumam ser quase homogêneos no que se refere a raça.

A política de cotas se espalhou pelo mundo em países como a Malásia, a África do Sul, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Colômbia e Estados Unidos que se utilizam dessa política pública em sua grande maioria como instrumento de reparação histórica em favor de povos que foram dizimados com a colonização, com parte da população que não tem representatividade ou que apesar de coexistir numa comunidade não tem uma participação relevante no setor público e nas instituições de ensino superior, até porque essas instituições em tese deveriam ser um reflexo do povo. Por exemplo, se um desses países tiverem 6% de sua população de indígenas então o óbvio é que proporcionalmente as vagas em universidades fossem ocupadas em 6% por indígenas; mas não é o que acontece. A população da Índia, em sua grande maioria, tem seus habitantes inseridos em uma casta considerada inferior, os chamados Dalitis, que são os pobres destinados a exercer serviços que exigem baixa escolaridade, pagam muito pouco e são insalubres, os conhecidos trabalhos que ninguém quer. Dalitis não chegavam a ser 1% dos alunos que ocupavam vagas nas universidades públicas que, em tese, deveriam servir à população indistintamente, mas se mostraram mais um instrumento de segregação onde apesar de ser um patrimônio mantido por recurso público para servir sem predileções ao povo acaba reafirmando as posições da elite e excluindo os mais pobres.

Nos Estados Unidos, em 2017 completava-se 30 anos das cotas na Universidade de Harvard, lá houve uma percepção da defasagem de alunos negros, mulheres, lgbts e latinos; então começou a implantação do programa de cotas que reservava boa parte de suas vagas, algo em torno de 40% para mulheres e negros, facilitando assim o ingresso dessas pessoas, Bellinni (2017).

Uma parcela da população acredita que cotas são algum tipo de benefício por um passado de exploração apenas, mas está mais próximo de ser uma tentativa de reparar os reflexos que a segregação causa. Especificamente no Brasil, as cotas também servem para tentar reparar uma dívida histórica causada por mais de 300 anos de escravidão, além de combater os reflexos de várias políticas desastrosas como a eugenia, o higienismo e o nazismo que se refletem na sociedade atual estruturando o racismo de uma forma que aos poucos, silenciosamente, a população negra se encontrasse afetada de forma bem fatídica.

Em números, até o ano de 2012, quando a presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei de cotas, estudos já davam conta da proporção de mortes, assassinatos suicídios, escolaridade, violência e desemprego da população negra comparativamente aos não negros.

No Brasil, a miscigenação acabou por transformar a população em cidadãos heterogêneos, não cabendo os títulos de brancos, negros e indígenas somente; somos um povo de muitas cores, porém quanto mais escura a pele, maior o preconceito, mais forte o racismo se mostra, Lôbo (2016).

Em 2010 uma pesquisa do IBGE (PNAD 1992/2001), que levou em consideração em sua mensuração de dados sobre a violência o quesito raça, apurou que de cada 100.000 negros 36 foram vítimas de homicídios, enquanto na população não negra essa taxa caiu para 15,2; ainda segundo o IBGE entre 1993/1994 antes da marcha de Zumbi dos Palmares foi feita outra pesquisa sobre mortalidade infantil que identificou que a cada 1000 crianças nascidas vivas até os 5 anos entre os negros irão a óbito em torno de 76,1 enquanto entre os não negros os números são de 45,7, a renda de famílias não negras chega a ser 2 ou 3 vezes superior à de famílias negras, que segundo o mesmo órgão essa estatística permaneceu inalterada entre 1992 e 2001, o que se torna ainda mais grave se a família for chefiada por mulheres negras, pois a renda é mais reduzida ainda. Em se tratando de saúde, enquanto em 1998, os negros que possuíam planos de saúde da rede privada eram em torno de 14,6% a taxa entre os possuidores não negros chegava a 32,3%. Apesar de o índice de negros que dependem do sistema ser maior, a taxa de atendimento e internação é proporcionalmente inversa, pois muitos membros da população negra ainda não têm acesso aos serviços básicos de saúde. Relativamente à educação, o IBGE, com dados levantados em 1998, demonstra

que a taxa de analfabetismo de pessoas até os 15 anos em 1992 era de 10,6% entre a população não negra e 25,7% para os negros e em 2001 esse índice foi para 7,7% dos não negros e 18,2% para os negros que, nesse caso, se for separar por gênero, ainda mostra que o analfabetismo é maior entre os meninos e a média de anos na escola entre pessoas de até 25 anos ou mais em 1992 era de 5,9 anos para os não negros e 3,6 para os negros; já em 2001 a média era de 6,9 para os não negros e 4,7 para os negros, o que mostra que apesar da passagem dos anos há sempre uma defasagem no ensino que se mostra maior para os negros. Sobre a pobreza vale destacar que os dados também não são diferentes dos outros indicadores, a mesma pesquisa detectou que de no Brasil, em 1992, a porcentagem de pobres era de 40,7% e entre eles 28,9% eram não negros e 55,3% eram negros; e em 2001 a diferença era de 22,4% não negros e 46,8 % negros. A mesma pesquisa ainda revela que há uma taxa maior de acesso ao saneamento básico, água, luz, eletrodomésticos, moradia para a população não negra. Em se tratando de desemprego, em 1992, a taxa era de 3,9% para os não negros e 4,8% para os negros e, em 2001, era 5,6% para não negros e 7,5% para os negros.

Considerando os dados apresentados, válidos para uma população cuja maioria se auto declara negra ou parda, as diferenças sociais ficam bem claras. Tudo isso se deve ao racismo estruturado em nossa sociedade que leva a episódios onde algumas pessoas se julgam superiores a outras devido a cor da pele, fazendo-se necessário que se criminalize o racismo como forma de defesa, ou seja, se utilizar de lei para não ser agredido verbal, social ou fisicamente, somente pela raça; já demonstra que a concessão de cotas se fez necessária para que houvesse uma maior chance de melhorar o quadro social do Brasil e promover uma inclusão de forma que o ensino superior se torne um retrato da sociedade brasileira evitando a segregação. O acesso do aluno negro ao ensino superior até 2012 era de 8,8%; até 1997 era somente de 1,8%, e em 2004 era de 5%. Em 2011, apenas 17,8% dos jovens entre 18 e 24 anos cursavam ou já haviam se formado em instituições de ensino superior e, ainda que a maioria da população fosse negra ou parda, muito poucos faziam parte deste grupo, Sant'Anna (2003).

Quando o movimento negro conseguiu propor a lei de cotas ao Supremo Tribunal Federal, foi se utilizando exatamente do argumento que se apresenta na constituição de 1988 que fala sobre tratamento igualitário para os iguais e desigual na medida da desigualdade. No ano 2000, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou a lei nº3.708/2001 que destinava 40% das vagas em universidades públicas para alunos que se auto declarassem negros ou pardos, já em 2003 foram aprovadas as cotas na Universidade

de Brasília e implantadas em 2004, mas a lei que sancionava as cotas obrigando a adoção por todas as Universidades públicas no Brasil só viria a ser assinada pela Presidenta Dilma Rousseff anos depois: lei nº 12.711/12, Dias (2016).

6. COTAS, ARGUMENTAÇÕES CONTRÁRIAS E FAVORÁVEIS

Nem todos os membros da sociedade se mostraram favoráveis a essa nova política de entrada de alunos nas universidades públicas.

Lewgoy (2005) argumenta que cotas raciais no Brasil vem de viés ideológicos devido a miscigenação que define pessoas por estereótipos raciais diferentes daquele que está no DNA, tornando, assim, acessível somente para pessoas que se encaixem no perfil que o avaliador considera ideal.

Após 3 décadas de cotas raciais como critério de admissão em universidades nos Estados Unidos, o quadro socioeconômico da população negra se alterou porém de forma negativa pois a pobreza entre os negros aumentou na comunidade atendida pelas cotas, além do que as diferenciações por raça em programas sociais acabaria acirrando a rivalidade entre as pessoas de raças diferentes e o que foi criado com o objetivo de melhorar o quadro da igualdade na verdade serviria de pretexto para segregar e aumentar a tensão entre as raças, além de servir de palanque político, pois aqueles que defendem as cotas não o fazem por acreditar que haverá igualdade ou reparação histórica, mas sim para conquistar uma parcela da população que defende essas mesmas ideias e vota em quem as defende. Acrescenta-se ainda uma suposta diferenciação em comunidades com pessoas de renda baixa, pois o negro levaria vantagem sobre o não negro pelo critério raça e não uma necessidade maior.

O racismo estrutural que foi ao longo dos anos tomando forma como herança de um sistema escravagista que vigorou por quase 400 anos e suas consequências são explicitadas quando comparamos negros e brancos, a formação histórica do Brasil baseada nos preceitos Europeus de superioridade e a negação ao racismo como narrativa para tornar invisível o fato de que as diferenças raciais atrasaram muito o desenvolvimento igualitário da população negra. O liberalismo e seu conceito de igualdade, segundo Vieira (2019), contesta esses pontos ao falar sobre cotas raciais como um instrumento político que visa igualdade e reparação histórica. A narrativa racial sendo negada destrói o caráter democrático das políticas públicas, além de serem pontos a ser considerados na estruturação do racismo. Se a racialização não é discutida ou levada em consideração é devido a própria construção da identidade do povo brasileiro que busca a manutenção das coisas como estão. A exploração

do serviço do negro com baixo custo e a inferiorização da raça são pontos que mostram como o não negro acaba levando vantagens em relação aos negros. A continuidade desse sistema se torna melhor aos olhos dos não negros pois é uma estrutura que dá privilégios, até mesmo em lugares que denotam ascensão, a entrada e participação do negro é dificultada e o reflexo disso é demonstrado quando vemos as posições de poder tanto no setor público como no privado tomadas quase em sua totalidade por pessoas não negras, o que não é reflexo da sociedade pois a metade do povo brasileiro se declara negra ou parda. Existe ainda a incorporação na rotina do morticínio dos jovens negros e a baixa participação desses jovens potenciais alunos em universidades. O quadro atual não reflete uma verdadeira democracia, porém acredita-se que inserindo esses jovens na universidade haverá uma maior abertura participativa deles em posições de poder e de caráter decisório que possam buscar de forma efetiva uma igualdade racial.

A deputada professora Dayane Pimentel (PSL-BA) iniciou um projeto com intuito de eliminar o critério racial das cotas para entrada em universidades de institutos federais, pois segundo ela, a cota racial é discriminatória e inconstitucional visto que proporciona tratamento diferenciado por critérios de cor e defende a permanência das cotas para pobres e deficientes e não cabe a uma lei ordinária respaldar tal comportamento. (Souza e Silveira 2019).

Há quem defenda que as cotas raciais, embora muito criticadas tem tido vitórias como o aumento de 1,8% de alunos negros nas universidades; em 1997 esse número saltou para 11,9% em 2011, quanto ao desempenho dos alunos cotistas que sofria críticas que seria ruim em comparação aos não cotistas se mostrou infundado pois o desenvolvimento dos alunos ao longo da graduação se mostrou em média iguais. Em 2016, a nota dos cotistas chegou a ser superior a dos não cotistas na Universidade Federal de Minas Gerais. Dias (2016) defende a ideia de que superada a barreira inicial que seria o ingresso nas universidades, o desempenho dos alunos se mostra igual ou melhor ao dos não cotistas e que o sistema de cotas serviu de estímulo para que jovens negros tenham uma maior adesão ao ensino superior.

7. CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE COTAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

As cotas raciais foram sancionadas no Brasil primeiramente no estado do Rio de Janeiro em novembro de 2001 através do decreto nº3708/01 (Rio de Janeiro (RJ) 2001) que estabelecia que no mínimo 40% das vagas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-

UERJ e Universidade Estadual do Norte Fluminense-UENF deveriam ser ocupadas por alunos negros ou pardos incluindo os já contemplados pela lei 3524/00 (Rio de Janeiro (RJ) 2000) que já instituía cotas sociais nessas universidades para alunos oriundos das escolas públicas.

A lei nº10.558/ 02 (Brasil, 2002) vem como complemento às políticas públicas raciais direcionadas a alunos negros e indígenas, promulgando o programa Diversidade na Universidade, normatizando a transferência de recursos às universidades que o aderissem. O programa serviria para estimular os alunos a criarem projetos que promovessem o acesso de pessoas negras e indígenas ao ensino superior com premiações como bolsas de manutenção ou dinheiro a quem idealizasse projetos que atendessem a finalidade do programa, que está descrito na Medida Provisória nº 63, de 2002 (Brasil, 2002).

Os professores da Universidade Brasília José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato (2003) propuseram um plano de metas com objetivo de implementar cotas raciais na UNB que segundo eles não refletia a diversidade da comunidade em seus alunos. Entre alguns objetivos, podemos destacar a reserva de 20% das 3.900 ofertadas todo ano para alunos negros por no mínimo 10 anos e um percentual menor de vagas para alunos indígenas, divulgação ampla do sistema de cotas e programas de apoio aos alunos de escolas públicas do Distrito Federal, no plano cabe destacar também o suporte oferecido para permanência dos alunos cotistas que concederia a preferência em alojamentos, apoio pedagógico, uma ouvidoria específica e um acompanhamento que tivesse como objetivo melhorias e aprimoramento do programa.

O plano de metas para a integração social, étnica e racial da Universidade de Brasília foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão no dia 6 de junho de 2003, Veloso (2018) relata a partir de uma entrevista com os criadores do plano de cotas da UNB que quando a ideia foi proposta enfrentou-se muita resistência da chamada elite acadêmica. Até a publicação do artigo, a autora ainda relata que a política de cotas raciais na UNB não era consenso, inclusive acreditam que os desafios ainda não foram superados e defendem também uma extensão do programa para a pós-graduação, ajustes para coibir fraudes e cotas para docentes negros. A experiência da UnB serviu de referência para a implementação do programa no Brasil todo. No ano seguinte à aprovação do plano, ele foi colocado em prática, mas somente no ano de 2012 a lei de cotas foi promulgada para aplicação em todo o território nacional, nas Universidades Federais e Institutos Federais a lei 12.711/12 (Brasil, 2012) não só reserva vagas para negros, pardos, indígenas como para alunos de baixa renda que estudam em escolas públicas e para deficientes.

8. MUDANÇAS NO QUADRO RACIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA 15 ANOS DEPOIS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS COTAS

Na Universidade de Brasília existem algumas exigências que definem quem se torna aluno e fazer parte das cotas é uma das possibilidades. As cotas se subdividem em parte para alunos de escolas públicas e parte para alunos negros, indígenas ou deficientes; e, enquanto as cotas por renda são cotas sociais que visam atender quem está em situação de vulnerabilidade social as cotas por raça tem cunho reparatório no sentido de tentar corrigir uma injustiça histórica que ainda se reflete nos dias atuais. Em 2018 a UnB completou 15 anos desde a implementação do sistema de cotas raciais para entrada de alunos negros ou indígenas, mas com enfoque na participação dos negros no ensino superior fica a dúvida se realmente a adoção das cotas alterou de alguma forma o quadro racial dos alunos ou se essa participação foi pífia e serviu somente para mostrar que essa segregação não existe e sim uma falta de interesses generalizada por parte da população negra. A forma de identificação que definiria quem se encaixa no padrão negro infelizmente se mostrou algumas vezes ineficiente quase baseada em experimentações antes de chegar ao sistema atual, primeiro era feito uma análise por meio de fotografia, depois uma entrevista com cada candidato que se declarava negro nas inscrições, dessa forma era definido quem se encaixa no critério cota racial para ingresso na Universidade.

A partir de 2004 até 2013 foram contabilizadas 64.683 inscrições de candidatos que se declaravam negros. Nos 2 primeiros anos de implementação das cotas raciais houve uma adesão expressiva do público alvo, mas logo após houve um decréscimo, não por perda de interesse dos estudantes negros, mas porque logo depois vieram programas que aumentaram as chances das pessoas de ingressarem no ensino superior, FIES (fundo de financiamento estudantil) 1999 e ProUni (Programa Universidade para Todos) 2005 que criava incentivos fiscais para universidades particulares que concedessem bolsas a alunos de baixa renda. Esses programas atingiram direto a quantidade de pessoas que se candidatavam a vagas na UnB, pretensos cotistas ou não. Apesar das cotas serem em todos os cursos pode se notar também que entre 2005 e 2008 que a adesão aos cursos que como quesito para aprovação no vestibular necessitavam de uma pontuação menor em relação aos outros tiveram uma adesão de 14%, enquanto cursos que tinham nota de corte maior tiveram uma adesão de 7%.

Em 2008, houve um aumento médio nas inscrições de alunos cotistas pois ocorreu uma maior disponibilização de vagas devido ao programa ReUni que, através do decreto nº 6.096/07, tinha como objetivo aumentar a permanência e ampliar o acesso dos alunos à Universidade através de políticas de incentivo a educação e aumentou de 4.188 vagas em 2007 para 8.428 vagas em 2012 disponíveis para alunos cotistas. Já em 2013 a UnB altera a forma distribuição de vagas por cotas utilizando o quesito social/ preto/ pardo/ indígena; na pesquisa vale também destacar que alguns cursos como relações internacionais, física, engenharia mecatrônica e arquitetura não tiveram adesão de nenhum aluno negro no período demonstrado na pesquisa com dados do período entre 2004 a 2012, antes da regulamentação da lei de cotas no Brasil inteiro, Assunção, Santos e Nogueira (2018).

A partir de 2013 são adotadas novas políticas na UnB que alteraram também a forma como eram distribuídas as vagas de cotas, a partir desse ano a divisão ficou em 50% para candidatos que cursaram ensino médio em escolas públicas e dentro dessas vagas 28,5% se destinam a alunos pretos, pardos ou índios; outro fator importante foi a construção de novos campus da Universidade em lugares que tem, em sua maioria, população vulnerável; isso descentralizou e aumentou o atendimento. Atualmente, contabilizando todos os critérios de entrada de alunos pretos, pardos e indígenas a reserva de vagas chega a 33,5%; e das 4 formas de ingresso na UnB, a mais utilizada por esses alunos é o SISU (Sistema de seleção Unificado), pois sua entrada depende da nota do aluno no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), também tem o PAS (Programa de Avaliação Seriada), Vestibular e Vagas remanescentes. Em 2017, o percentual de alunos que se declararam negros ou pardos foi de 33,53% enquanto os que se declararam brancos era de 29,24%; como a tendência de aumento de alunos negros e pardos foi se consolidando, em 2014 ingressaram mais negros/pardos, fato que repetiu em 2016.

A parcela da população negra universitária que ingressou na UnB em 2016 chega a 33,5% e quando expandimos os dados para níveis nacionais esses alunos chegam a ser 30% dos universitários. Em comparação aos dados anteriores às cotas, o percentual de alunos negros era de 1,8% no Brasil e na UnB de 2,2%, o aumento desses alunos se deu de forma gradativa e consistente ao longo de 15 anos de implementação dessa política, tornando inegável o impacto que teve no quadro racial de pessoas que cursam o nível superior. Ainda não é o ideal, pois 54% da população brasileira se auto declara negra ou parda, ou seja, o ambiente acadêmico ainda não é o reflexo dessa sociedade, mas as cotas raciais foram extremamente importantes para os avanços que temos hoje, segundo Veloso (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro racial dos alunos da UnB se modificou ao longo de 15 anos de implementação da política pública de cotas com foco no contexto racial. No começo, por ser algo que não havia sido feito em Brasília por nenhuma outra universidade, atraiu um novo tipo de aluno, aquele que viu na reserva de vagas um espaço que, se não fosse ocupado por ele, o seria por outro igual. A reserva era para negros e seria ocupada por eles, até porque no primeiro ano de execução do projeto de cotas raciais apenas 2,2% dos seus alunos eram negros e hoje são 33,53%.

Aos que gostam de agregar conhecimento, recomendo a leitura dos artigos citados nas referências bibliográficas e foram o caminho que eu percorri para chegar às conclusões descritas e que, certamente não trará igual pensamento à de todos, mas certamente que enriquecerá o conteúdo para discussões acerca do tema. Quando comecei a escrever esse artigo trazia comigo a bagagem do que aprendi na escola, em redes sociais e outros, mas ao me deparar com a realidade publicada em artigos históricos o choque foi inevitável, pois quando se fala de escravidão, coisificação do ser humano, racismo estrutural, eugenia, nazismo, higienização e grande parte respaldada pela lei e defendida com tanta veemência eu percebo que sim evoluímos, mas que ainda há muito a ser feito. A bibliografia estudada me mostrou a importância do lugar de fala, quando um branco fala sobre negro ele vê o tema sobre uma perspectiva que nunca será a mesma vista por um negro, quando se trata de questões raciais, as cotas raciais nas universidades federais foram resultado de muitas lutas, que concordando ou não, mostram a força e o caráter de um povo: não é assistencialismo, não é um cabide do Estado, mas um meio de transformação.

Os ambientes públicos devem ser um reflexo da comunidade na qual ele está inserido. Não adianta ir ao hospital, ao tribunal, ao dentista ou à câmara dos deputados e se deparar com a grande maioria de seus integrantes brancos e descer às favelas, às delegacias, aos IMLs e perceber o quadro inverso e apenas argumentar contra o sistema de cotas pela manutenção do status quo que lhe confere vantagem. O Negro também vota, também paga imposto e também estuda, então porque há uma diferenciação de tratamento baseado na cor de sua pele e no seu passado de exploração e sofrimento? Esse na verdade deveria ser um motivo a mais para respeitar e dar suporte para que eles ocupem seus lugares de direito que lhes foi negado desde a chegada do primeiro negro ao Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Beatriz. Movimento Negro: História, objetivos e conquistas. Stoodi. 19, Out. 2018. Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/2018/10/19/movimento-negro/>>. Acesso em: 20, Jun. 2020.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **História do negro no Brasil: Módulo 2**. Brasília, Editora CEAO-UFBA, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ceao-ufba/20170829034517/pdf_242.pdf>. Acesso em: 03, jun. 2020.

ASSUNÇÃO, A. V. P.; SANTOS, C. DE A.; NOGUEIRA, D. X. P. Política de cotas raciais na UnB: um estudo sobre o acesso de negros na universidade durante o período 2004 a 2012. Revista HISTEDBR On-line, v. 18, n. 1, p. 212-233, 26 mar. 2018. Acesso em: 28 Jun. 2020.

ASSUNÇÃO, A. V. P.; SANTOS, C. DE A.; NOGUEIRA, D. X. P. Política de cotas raciais na UnB: um estudo sobre o acesso de negros na universidade durante o período 2004 a 2012. Revista HISTEDBR On-line, v. 18, n. 1, p. 212-233, 26 mar. 2018.

BELLINI, Priscila. Como a USP, Harvard também tem política de cotas – há 30 anos. Guia do estudante.10, Ago. 2017. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/como-a-usp-harvard-e-yale-tem-politica-de-cotas-ha-30-anos/>>. Acesso em: 25, jun. 2020.

Brasil, Lei nº 12711 de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm> . Acesso em: 28, Jun. 2020.

CAMPELLO, André Emmanuel Batista Barreto. **A Escravidão No Império Do Brasil: Perspectivas Jurídicas**. Sindicato Nacional Dos Procuradores Da Fazenda Nacional. 22, Jan.

2013. Disponível em :<<https://www.sinprofaz.org.br/artigos/a-escravidao-no-imperio-do-brasil-perspectivas-juridicas/>>. Acesso em: 15, Jun. 2020.

CANDIDO, Mariana P. **O Limite Tênuo Entre Liberdade E Escravidão Em Benguela Durante A Era do Comércio Transatlântico**. 17, Outubro. 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/afro/n47/a07n47.pdf>> . Acesso em: 03, Jun. 2020.

CARVALHO, Eliane Vianey de e Junior, Laerte de Abreu. O discurso médico-higienista do Brasil no início do século XX. SciELO. Disponível em :<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462012000300005> Acesso em: 12, Jun. 2020.

DIAS, Tatiana. Sistema de cotas raciais: inclusão em meio a controvérsia. Nexo. 24, Fev. 2016. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/02/24/Sistema-de-cotas-raciais-inclus%C3%A3o-em-meio-%C3%A0-controv%C3%A9rsia>>. Acesso em: 26, Jun. 2020.

DIAS, Tatiana. Sistema de cotas raciais: inclusão em meio a controvérsia. Nexo. 24, fev. 2016. Disponível em :<<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/02/24/Sistema-de-cotas-raciais-inclus%C3%A3o-em-meio-%C3%A0-controv%C3%A9rsia>>. Acesso em: 27, Jun. 2020.

FERREIRA, Tiago. O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil acreditar. Portal Geledès. 6, Jul. 17. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>>. Acesso em: 12, Jun. 2020.

Gouvêa, Viviane. Quilombos e Revoltas de Escravos. **O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira**. 03, Ago. 2018. Disponível em:<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3537&Itemid=359>. Acesso em: 07, Jun. 2020.

MACHADO, Livia. 128 anos da abolição da escravidão no Brasil. Estado de Minas. 13, Mai. 2016.

Disponível em: < <https://www.estudopratico.com.br/bill-berdeem/>>. Acesso em: 10, Jun. 2020.

ROESLER, Átila da Rold. Sobre a Vadiagem e o Preconceito Nosso de Cada Dia. Justificando Mentas Inquietas Pensam Direito. 09, Ago. 2016. Disponível em: < <http://www.justificando.com/2016/08/09/sobre-a-vadiagem-e-o-preconceito-nosso-de-cada-dia/>>. Acesso em: 11, Jun. 2020.

Participação em foco. Ipea.gov.

[SD]. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/participacao/estudos-do-ipea/index.php?option=com_content&view=article&id=272:conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial&catid=136:conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial&Itemid=255> . Acesso em: 20, Jun. 2020.

MOURA, Tatiana Matias. Políticas afirmativas nos governos Luiz Inácio Lula da Sila e Dilma Rousseff. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Vitória - ES – 03 á 05, Jun. 2019. Disponível em: < <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-0197-1.pdf>>. Acesso em: 20, Jun. 2020.

LÔBO, Irene. Índia foi o primeiro país a implantar o sistema de cotas. Portal Geledès. 05, Out. 2016. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/india-foi-o-primeiro-pais-implantar-o-sistema-de-cotas/>>. Acesso em: 25, Jun. 2020.

SANT'ANNA, Dossiê assimetrias raciais no Brasil, alerta para elaboração de políticas, Set, 2003. Disponível em: < http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/dossie-assimetrias-racias-no-brasil-alerta-para-a-elaboracao-de-politicas/at_download/file>. Acesso em: 25, Jun. 2020.

LEWGOY, Bernado. Cotas raciais na UnB, as lições de um equívoco. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 218-221, jan/jun 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a13v1123.pdf>>. Acesso em: 26, jun. 2020.

VIEIRA, Héctor Luís Cordeiro. Direitos Humanos, Racismo e cotas raciais a construção de uma democracia antirracista com base em reconhecimento e consideração. *Revista Perseu*. Nº 17, Ano 12, 2019. Disponível em: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/299/246>>. Acesso em: 27, Jun. 2020.

SOUSA, Murilo e Silveira, Wilson. Projeto elimina critérios das cotas de universidades e institutos federais. *Câmara dos deputados*. 09, Mai. 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/557112-projeto-elimina-criterio-racial-das-cotas-de-universidades-e-institutos-federais/>>. Acesso em: 27, Jun. 2020.

Rio de Janeiro, Lei nº 3708 de 09 de novembro de 2001. Institui cota de até 40% para as populações negra e pardano acesso á Universidade do Estado do Rio de Janeiro e á Universidade Estadual do Norte Fluminense e dá outras providências. *JusBrasil*. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90840/lei-3708-01>> Acesso em 28 Jun. 2020.

VELOSO, Serena. Aprovação das cotas raciais na UnB completa 15 anos. *UnB notícias*. 06, Jun. 2018. Disponível em: <<https://www.noticias.unb.br/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos>>. Acesso em: 28, Jun. 2020.

1452-55: Quando Portugal

e a Igreja Católica se uniram para reduzir [praticamente] todos os africanos à escravatura perpétua. *Portal Geledés*, 03, Ago. 2009. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/1452-55-quando-portugal-e-igreja-catolica-se-uniram-para-reduzir-praticamente-todos-os-africanos-escravatura-perpetua>>. Acesso em: 02, jun. 2020.

PETRIM, Natália. Bill Aberdeen. Terra Educação. 21, Mai. 2014. Disponível em < <https://www.estudopratico.com.br/bill-aberdeen/>>. Acesso em: 08, Jun. 2020.

Souza, Daiane. População Escrava do Brasil é Detalhada em Censo de 1872.

PALMARES, Fundação Cultural. 16, Jan. 2013. Disponível em :<<http://www.palmares.gov.br/?p=25817>>. Acesso em: 12, Jun. 2020.